



DECISÃO N. 664/GABPREF/2025

PROCESSO: 283/2024

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família - SEMASF

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada em telecomunicações, que possuam outorga da ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações, para prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP Serviço Móvel pessoal)

O Prefeito no uso de suas atribuições legais e com fundamento no [Relatório 5 de 29/08/2025 \(ID 2006890\)](#) elaborado pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, instituída pela Portaria nº 03/2025 da Corregedoria Geral do Município, e considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas cláusulas do Contrato nº 047/PGM/PMJP/2024,

DECIDE:

I Pelo acolhimento integral do relatório emitido pela CPAR, que demonstra de forma clara e fundamentada a ocorrência de inexecução parcial do objeto contratual por parte da empresa IVM Telecomunicações LTDA;

II Pela aplicação das seguintes sanções administrativas à empresa IVM Telecomunicações LTDA, em razão dos descumprimentos contratuais reiterados e da resistência injustificada ao atendimento das notificações da Administração:

a) MULTA no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados, nos termos do art. 156, II, da Lei nº 14.133/2021 e da Cláusula Décima, item 10.3, do Contrato nº 047/PGM/PMJP/2024, a ser descontada de valores eventualmente devidos ou da garantia contratual;

b) IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta do Município de Ji-Paraná pelo prazo de 3 (três) anos, conforme art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021 e item 10.5 da Cláusula Décima do contrato;

III Pelo encaminhamento desta decisão:

a) à SEMASF, para que promova a devolução dos equipamentos em comodato, caso ainda não efetivada, e adote as medidas necessárias para compensação financeira e registro administrativo;

b) à SEMFAZ, para ciência, registro contábil caso necessário e elaboração do cálculo da multa com a respectiva cobrança;

c) à SUPECOL, para registro da penalidade de impedimento nos cadastros competentes;

IV Pela determinação de que a SEMASF observe, em futuras contratações, critérios técnicos mais rigorosos e mantenha comunicação formalizada e documentada com as contratadas, a fim de evitar reiteração de falhas.

Fundamenta-se esta decisão nos princípios da legalidade, moralidade, eficiência e autotutela administrativa, visando à proteção do interesse público, à preservação da continuidade dos serviços essenciais e ao fortalecimento da gestão pública municipal.

Registre-se, comunique-se e cumpra-se.

Ji-Paraná, 03 de setembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/09/2025 às 12:16, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2014753** e o código verificador **37BC9CAF**.

		Cientes		
Seq.	Nome		CPF	Data/Hora
1	ANGELO LUIZ ATAIDE MORONI		***.517.662-**	03/09/2025 10:37

Referência: [Processo nº 1-283/2024](#).

Docto ID: 2014753 v1